

RELATO DE EXPERIÊNCIA: OFICINA DE SEXUALIDADE COM ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO OESTE DE SANTA CATARINA

Fábio Augusto Lise¹
Aline Teixeira²
Ana Paola Grando³
Cleocimar Aigner Paludo⁴

RESUMO

Este artigo está vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde e Ambiente do Grupo de Pesquisa em Estudos da Saúde, Ambiente, Esporte e Sociedade e trata-se de um relato de experiência de uma Estágio Supervisionado na Área da Psicologia Social, realizado em uma escola de educação especial de uma cidade do Oeste de Santa Catarina. O psicólogo que atua junto às pessoas com deficiência se dedica a desenvolver atividades e estratégias para que essa população possa ser inserida no convívio social. Assim, por meio da realização de um psicodiagnóstico institucional, pôde-se perceber a necessidade de planejar intervenções com a temática sexualidade com os educandos adolescentes e adultos jovens que frequentavam o espaço. Utilizaram-se atividades lúdicas para contribuir na construção de conhecimentos nos usuários sobre o conceito de sexualidade e a expressão de seus desejos sexuais. Pôde-se analisar que após a intervenção os estudantes entenderam que seus impulsos sexuais não precisam ser reprimidos, e que existem espaços públicos e privados onde essas atitudes e expressões de sexualidade podem ou não ser exercidas.

Palavras-chave: Educação especial. Pessoas com deficiência. Sexualidade. Psicologia social.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo incide-se no relato de experiência de uma intervenção de estágio na área da Psicologia Social, que foi realizado em uma escola de educação especial, a qual tem por finalidade prestar atendimento especializado às pessoas com deficiência intelectual e múltipla em níveis moderados e severos, e com outras deficiências associadas. A instituição está localizada em uma cidade do Oeste de Santa Catarina e possui uma estrutura sólida e capacitada para receber e dar auxílio necessário aos seus usuários.

O Psicólogo Social atua orientando os indivíduos no que diz respeito aos problemas de ordem social, fazendo com que eles consigam achar soluções para seus problemas. Ainda pode atuar em organizações comunitárias, diagnosticando, planejando e desenvolvendo projetos a fim de buscar soluções para os problemas encontrados. Assim, o trabalho do psicólogo com pessoas com deficiência dedica-se a desenvolver atividades e estratégias que visem a inseri-los no convívio com a sociedade; essas atividades devem engajar não somente o estudante, mas também seus familiares com o propósito de contribuir para a reestruturação da dinâmica familiar (SANTOS; FREITAS; AMORIM, 2015, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992).

¹ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicólogo; fabio.lise@unoesc.edu.br

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; alinexe@hotmail.com

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga; ana.grando@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; Psicóloga Clínica; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br

Trabalhar o tema sexualidade com educandos com deficiência é desafiador por ser um tema cercado de mitos, preconceitos e interdições, o que possibilita estimular o desenvolvimento fornecendo autonomia e potencializando a inclusão social dessas pessoas. Assim, neste artigo busca-se relatar uma intervenção que trabalhou com o tema sexualidade por meio de encontros semanais com estudantes com deficiência mental, os quais realizaram atividades lúdicas e psicopedagógicas relacionadas ao tema. Acredita-se que mediante a análise dessa experiência se possa instigar profissionais da Psicologia para desenvolver intervenções inovadoras com esse público, pois o trabalho realizado com a pessoa com deficiência deve ser adaptado às suas características e especificidades. Dessa forma, objetiva-se, com este texto, analisar a intervenção realizada sobre os temas sexualidade e higiene pessoal com estudantes de uma escola de educação especial com idades entre 18 e 60 anos e que possuem deficiência mental de graus moderados a severos.

2 TRABALHO DO PSICÓLOGO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atualmente as escolas de educação especial brasileiras dispõem de vários profissionais técnicos que auxiliam no trabalho com as pessoas com deficiência. São prestados serviços de educação, assistência social, artes, educação física, educação profissionalizante, serviços médicos e psicológicos, todos visando à promoção dos direitos humanos (ESTRÁZULA, 2008; MARQUES, 2011).

Embora atualmente as escolas de educação especiais contem com a atuação do psicólogo, a área da Psicologia destinada a pessoas com deficiência mental ainda tem muito a se desenvolver, pois os psicólogos que trabalham com essa área restringem seus trabalhos junto à educação especial e atendimentos clínicos. As atividades desenvolvidas pelos psicólogos que trabalham com pessoas com deficiência mental geralmente são avaliações psicológicas, triagem, classificação de graus de deficiências mentais e poucos grupos terapêuticos, o que é uma atuação bastante restrita considerando a gama de intervenções que esse profissional poderia desenvolver nesses espaços (GLAT, 1999).

Os profissionais psicólogos que estão inseridos na escola de educação especial não devem direcionar seus trabalhos somente para os estudantes, eles também precisam elaborar atividades para os funcionários da escola, familiares dos usuários e outros profissionais que trabalhem ou estejam envolvidos com a instituição. Ou seja, o profissional da Psicologia pode, ainda, realizar grupos com os pais, professores e estudantes em que assuntos relevantes à deficiência sejam discutidos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Por meio das avaliações os psicólogos podem identificar a necessidade de cada indivíduo e, assim, realizar os encaminhamentos para outros profissionais técnicos, além de atuarem em conjunto com os professores, a fim de planejar atividades que supram a demanda de cada aluno e prestar suporte aos professores no planejamento do plano de desenvolvimento individual dos estudantes. Também devem fazer reuniões frequentes com profissionais técnicos que trabalham na escola (dentista, psiquiatra, médicos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas) e professores para acompanhar o desenvolvimento do aluno nas diferentes áreas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Para Glat (1999), “o deficiente mental, como qualquer outra pessoa, pode crescer emocionalmente, transformar sua maneira de ser no mundo e conseqüentemente, aumentar sua auto-estima e expandir sua esfera de relacionamento humano.” Para tanto, os psicólogos devem desenvolver atividades para as pessoas com deficiência no intuito de lhes ensinar habilidades sociais, orientação de comportamentos que são permitidos e apropriados em público, bem como estimular a autonomia de cada um. Destaca-se que existem muitas pessoas com deficiência que não conseguem realizar atividades rotineiras comuns para os demais, como, por exemplo, vestir-se, comer sem auxílio e tomar banho.

Considerando isso, cabe ressaltar que o profissional Psicólogo pode trabalhar diferentes assuntos nas escolas de educação especiais, os quais podem incluir a sexualidade. Porém, sobre esse tema existem muitos mitos, preconceitos e questionamentos referentes a como ele deve ser abordado com a pessoa com deficiência. Muitos acreditam que essas pessoas são assexuadas, outros acreditam que o seu impulso sexual é mais exacerbado do que em outras pessoas. Tudo isso cria uma interdição em abordar a questão, e os estudantes das escolas de educação especial acabam por não ter acesso a informações importantes as quais podem ajudá-los a lidar com os impulsos e desejos que começam a surgir na adolescência (BALLONE, 2008).

Ressalta-se que a sexualidade se caracteriza por inúmeros comportamentos os quais têm como objetivo a busca de satisfações individual, não se resumindo apenas ao ato sexual. A sexualidade é primordial para o desenvolvimento do indivíduo, auxilia na construção de sua identidade, está ligada à cultura e a dimensões biológicas e psicossociais. A

terminologia sexualidade é a forma como os indivíduos pensam, sentem e agem em várias situações de seu dia a dia. Portanto, sexualidade é amor, busca de prazer, não somente pela genitália, mas pelos cuidados com o corpo e pela afetividade (ALBUQUERQUE, 2007).

As pessoas com deficiência mental têm pouco ou quase nenhuma orientação sexual, pois, muitas vezes, não aprendem como falar, lidar ou expressar sua sexualidade. Assim, podem se comportar de maneira inadequada em público, como, por exemplo, masturbarem-se. O adolescente com deficiência mental não tem liberdade e autonomia de debater livremente com seus familiares e colegas sobre assuntos relacionados ao namoro e a relações sexuais (ALBUQUERQUE, 2007).

A maioria dos pais acreditam que ao ensinar seus filhos sobre sexualidade podem instigá-los a querer praticar relações sexuais, beijar e namorar. Porém, não passar informações a respeito do assunto pode atrapalhar a interação social de seus filhos. Dispor acerca de informações para as pessoas com deficiência mental é fazer com que elas tenham empoderamento sobre suas vidas, aprendam como devem se comportar socialmente, conheçam seus corpos, escolham e desenvolvam suas expressões sexuais. Repreender a sexualidade dos indivíduos com deficiência mental é interferir no seu desenvolvimento, fazendo-os acreditar que seus desejos e anseios não são importantes, gerando, assim, sofrimento e desequilíbrio emocional (BALLONE, 2008).

As atividades relacionadas à educação e à orientação sexual devem estar inseridas nas escolas de educação especial. Elas devem respeitar os níveis cognitivos dos estudantes, ser repetitivas e de fácil entendimento para que estes possam assimilar as informações. Deve-se levar em consideração que os indivíduos com deficiência mental podem aprender e manifestar seus desejos de forma socialmente aceita, se forem bem orientados (ALBUQUERQUE, 2007).

É necessário trabalhar o aprendizado sobre o corpo com pessoas com deficiência, incluindo nominar as partes anatômicas, explicar o funcionamento, os cuidados higiênicos com seus corpos, as mudanças corporais ao longo da vida, o respeito à privacidade (tanto sua quanto do outro), a expressão correta de seus sentimentos e emoções, a vivência saudável de relacionamentos sexuais e amorosos (incluindo prevenção à gravidez não planejada e transmissão de doenças sexualmente transmissíveis) e a prevenção à violência e ao abuso sexual (BALLONE, 2008).

3 MÉTODO

Este é um relato de uma atividade de estágio de Psicologia Social com duração de nove meses, abrangendo o nono e o décimo períodos da Graduação em Psicologia. Foi um estágio realizado em uma escola de educação especial, localizada em uma cidade do Oeste de Santa Catarina. A carga horária foi de 144 semestrais, divididas em 72 horas direcionadas às orientações do estágio e 72 horas às atividades no local. Por meio de observações e análise documental fornecidas pela escola, pôde-se conhecer o funcionamento dela e também realizar o primeiro procedimento do estágio, o psicodiagnóstico institucional. Segundo Bleger (1984), a avaliação institucional é uma análise para descobrir aspectos da instituição. Por meio de levantamento de hipóteses objetivou-se descobrir os problemas do local. Mediante sua principal ferramenta de trabalho, a observação, foi possível identificar os pontos fortes e fracos da instituição e como aconteciam os relacionamentos interpessoais.

Após o registro das informações, foi possível relacionar algumas necessidades institucionais e, assim, fazer o planejamento de ações que pudessem contribuir para suprir essas demandas. As principais fragilidades da escola estavam relacionadas a executar ações que envolvessem o tema sexualidade. Para trabalhar esse assunto, elaborou-se uma atividade dividida em três intervenções: uma com os estudantes, outra com seus pais e a última com os professores. Neste artigo somente se relata a intervenção realizada com os educandos.

Para participar da intervenção os estudantes foram divididos em dois grupos, um com os educandos mais velhos, com idades entre 30 e 60 anos, e outro com os que estavam na adolescência. Os participantes dos grupos possuem deficiência mental de diferentes graus com comorbidades associadas. O grupo dos adolescentes era composto por 10 integrantes, e o outro grupo possuía oito integrantes; entretanto, a quantidade de estudantes variava nos encontros, gerando um média de sete integrantes por oficina em cada grupo. A ação foi realizada em 10 reuniões que aconteciam semanalmente, com uma hora de duração.

As atividades desenvolvidas com um grupo foram replicadas com o outro; vale ressaltar que todas as atividades realizadas com os estudantes foram elaboradas e adaptadas para que todos pudessem participar em razão das suas limitações físicas e intelectuais, além disso, as atividades seguiram um roteiro preestabelecido.

Os encontros tiveram como intuito trabalhar o tema sexualidade e higiene pessoal, e objetivaram construir nos participantes conhecimentos sobre as diferenças entre o corpo masculino e o feminino, quais expressões da sexualidade são permitidas ou não em público, as diversas formas de como tocar no outro e de ser tocado, e, ainda, ressaltar a importância de manter-se limpo. O roteiro e tema gerador de cada encontro é apresentado a seguir:

- a) 1º encontro: introdução do tema sexualidade para os estudantes e realização de uma atividade sobre a distinção entre feminino e masculino;
- b) 2º encontro: realização do “desenho do corpo”, a fim de os estudantes conhecerem os corpos do homem e da mulher com suas diferenças;
- c) 3º encontro: representação em moldes de argila a respeito de aspectos sobre a sexualidade;
- d) 4º encontro: realização de atividades para que pudessem fixar as distinções entre os gêneros feminino e masculino e aprender corretamente as nomenclaturas das partes do corpo;
- e) 5º e 6º encontros: trabalho acerca de questões sobre respeito ao seu corpo e ao corpo dos outros, com uma atividade sensorial que contribuiu para perceber o quanto é inconveniente tocar nos outros sem permissão. Ainda, com a confecção de um “semáforo da sexualidade”, puderam visualizar as partes do corpo que podem ou não ser tocadas sem autorização do outro;
- f) 7º e 8º encontros: trabalho sobre quais expressões da sexualidade são permitidas ou não de serem expressas em público;
- g) 9º encontro: realização de atividades sobre higiene pessoal, envolvendo coreografias de músicas e atividades práticas, como dar banho em bonecas;
- h) 10º encontro: retomada das atividades realizadas no decorrer da oficina, com uma confraternização de encerramento.

Como ferramenta de coleta de dados foram utilizados diários de campo, os quais foram confeccionados logo após as atividades serem concluídas. Assim, a análise deste artigo considerou as informações registradas nesses instrumentos, correlacionando os dados com as teorias da Psicologia Social.

4 ANÁLISE

Como primeira atividade de estágio se realizou um psicodiagnóstico institucional, que possibilitou observar que as aulas e oficinas oferecidas pela instituição seguiam sempre a mesma rotina, na qual os estudantes estavam focados na produção de artesanato, alimentos e estopas.

Ainda, percebeu-se que os educandos, talvez por serem a maioria adolescentes, ficavam curiosos em relação à sexualidade das outras pessoas, sempre perguntado se namoram e se já beijaram. Entretanto, sempre eram repreendidos quando abordavam esses assuntos em sala de aula. As professoras salientavam que na escola não se podia falar sobre “isso”. Possivelmente essa resposta era fornecida pelo medo de falar sobre o assunto sexualidade, ou pelo medo de que tratar acerca do tema causasse ainda mais curiosidade, gerando discussões ou questionamentos que elas não saberiam como conduzir. Também, segundo Ballone (2008), a maioria das pessoas acreditam que ao ensinar a pessoa com deficiência sobre sexualidade pode instigá-la a querer praticar sexo, beijar e namorar.

Isso corrobora as concepções de Albuquerque (2007), ao dizer que as pessoas com deficiência mental têm pouco ou quase nenhuma orientação sexual, pois muitas vezes elas não aprendem como falar, lidar ou expressar sua sexualidade, o que faz com que emitam comportamentos inadequados em público. O adolescente com deficiência mental não tem liberdade e autonomia de debater livremente com seus familiares e colegas sobre assuntos relacionados à sexualidade. No caso da escola de educação especial em questão, os estudantes eram sempre repreendidos por falar sobre temas relacionados à sexualidade, mas isso não os impedia de realizar suas próprias investigações a respeito. Havia relatos na instituição de meninas que tocavam nos órgãos sexuais de meninos e vice-versa, meninos que entravam no banheiro das meninas por curiosidade, ou até mesmo que se masturbavam na escola.

Ainda outros efeitos da interdição do assunto sexualidade na escola eram percebidos, pois os estudantes, ao entrarem em contato com pessoas estranhas, não sabiam como se aproximar e forçavam toques e abraços, tornando-se, por vezes, invasivos. Também, em vários momentos era perceptível que os educandos tinham dificuldades com a sua higiene pessoal, principalmente quando se tratava da higiene íntima. Segundo Ballone (2008), repreender a sexualidade dos indivíduos com deficiência mental é interferir no seu desenvolvimento, fazendo-os achar que seus desejos e anseios são insignificantes, causando sofrimento e alterando seu equilíbrio emocional, deixando-os angustiados e agressivos.

Diante disso, elaboraram-se atividades com os estudantes que consistiram em encontros semanais para trabalhar o tema sexualidade, até então interdito na escola. Os usuários foram selecionados e divididos em dois grupos, um realizado à tarde e outro de manhã.

Nos primeiros encontros os educandos eram muito tímidos e se recusavam a falar sobre o tema, sendo que muitos não sabiam identificar e localizar certas partes do corpo. Não queriam desenhar os órgãos genitais, e quando desenharam, tinham pudor em se referir a eles utilizando termos infantilizados, como “pinto”, “cu”, “perereca” e “teta”. Ballone (2008) explica que é necessário trabalhar com pessoas com deficiência sobre o corpo, incluindo nominar as partes anatômicas, explicar o funcionamento, os cuidados higiênicos com seus corpos, as mudanças corporais ao longo da vida, o respeito à privacidade (tanto sua quanto do outro), a expressão de sentimentos e emoções, a vivência saudável de relacionamentos sexuais e amorosos (incluindo prevenção à gravidez não planejada e transmissão de doenças sexualmente transmissíveis) e a prevenção à violência e ao abuso sexual.

A cada início de encontro os estudantes eram questionados sobre o que tinha sido realizado no encontro anterior, entretanto, sentiam muita dificuldade e precisavam de ajuda para lembrar. Por isso, no decorrer dos encontros foi necessária a utilização de um esquema visual, com imagens dos encontros anteriores. Assim, conseguiam visualizar a imagem do encontro anterior e lembrar do que tinha sido realizado.

Também a música foi um recurso muito utilizado nos encontros. Por meio delas os educandos se divertiam e aprendiam sobre as partes de seus corpos. A utilização de músicas e imagens com os grupos foi de grande valia, pois assim os participantes conseguiam entender os assuntos, lembrar dos encontros passados e fixar conceitos. Para Donatone (2011), a música tem grande importância no processo de ensino-aprendizagem, com ela os estudantes com deficiência mental conseguem manter a concentração e melhorar suas capacidades intelectuais e auditivas.

Ainda Mafra (2008) salienta que as atividades lúdicas proporcionam às pessoas com deficiência mental autonomia, consciência corporal, aprendizado de novos comportamentos e conceitos, fazendo com que consigam se expressar e conseqüentemente se desenvolver de maneira saudável. Além do mais, possibilitam que a pessoa com deficiência mental exercite a concentração, a memória e a atenção.

Assim, as atividades realizadas com os estudantes foram adaptadas e criadas para possibilitar a participação de todos. O “saco da sexualidade” foi a primeira atividade aplicada e teve como intuito proporcionar aos participantes um primeiro contato com conceitos de feminino e masculino. Com imagens de objetos retiradas de dentro de um saco os educandos tinham que responder se os objetos eram femininos ou masculinos. Mediante essa atividade se pôde perceber que ao final do procedimento os estudantes já operacionalizavam os conceitos de forma clara. Diante dessa experiência bem-sucedida os outros encontros foram planejados da mesma forma.

Assim, outra atividade denominada “semáforo da sexualidade”, que consistiu em despertar nos estudantes a compreensão sobre quais as partes do corpo podem ou não ser tocadas por eles, por pessoas de confiança e por pessoas desconhecidas vem ao encontro das concepções de Ballone (2008), que expressa que os temas respeito ao corpo, higiene pessoal e nomenclatura das partes dos corpos feminino e masculino devem ter destaque no trabalho com pessoas com deficiência.

Diante da explicação de Ballone (2008), procurou-se realizar intervenções com o objetivo de construir nos participantes a compreensão do que são lugares públicos e privados. Para isso, desenvolveu-se o esquema pedagógico “o que posso fazer neste lugar?”, o qual continha imagens de diferentes lugares, e os estudantes precisavam relacionar o que poderiam fazer naquele local. Ao fim da atividade os educandos perceberam que o banheiro e seu quarto são lugares privados quando a porta está trancada, e nesses lugares podem ficar sem roupa, tocar em seus corpos e até mesmo se masturbar.

Em relação ao tema higiene pessoal, os estudantes deram banho em bonecas, e assim puderam visualizar que no momento do banho é importante ensaboar e enxaguar todas as partes do corpo. Entenderam, ainda, que depois do banho é preciso vestir roupas e calçados limpos, para que não fiquem com odores ruins mesmo após o banho.

Para Silva e Justus (2013) a higiene pessoal deve ser trabalhada nas escolas, pois muitas vezes os educandos têm pouco ou nenhuma instrução em casa sobre esse assunto. Por isso, acabam fazendo uma má higienização de seus corpos e, conseqüentemente, cheirando mal.

Em suma, os encontros realizados conseguiram atingir o objetivo de construir conhecimento nos estudantes da escola de educação especial em diversos temas que envolviam sexualidade, expondo de maneira breve e simples o que é, fazendo com que pensassem a respeito dos temas de cada encontro. Entretanto, destaca-se a importância de esse tema ser constantemente debatido nas escolas de educação especial, pois como observado, os educandos apresentam muitas repressões sobre essas questões, sendo abordadas somente quando algum indivíduo se comporta de maneira inadequada. Assim, como salienta Albuquerque (2007), apesar de o tema sexualidade ter grande importância para o desenvolvimento dos estudantes, nas escolas de educação especial é pouco debatido. As atividades realizadas com pessoas com deficiência mental são rápidas, esporádicas, possuem prazo determinado e, na maioria das vezes, não são preventivas. Quando esse assunto é trabalhado com essas pessoas é em razão de algum problema que surgiu na escola, o que não deveria ser assim. Os trabalhos sobre sexualidade precisam ser duradouros, bem como as atividades sobre esse tema integrantes das organizações curriculares. Como já observado, a falta de conhecimento dos estudantes faz com que eles não saibam como expressar seus desejos sexuais e acabem os manifestando de maneira inapropriada.

5 CONCLUSÃO

As atividades realizadas foram bem-sucedidas, na medida em que os estudantes compreenderam o conceito de sexualidade, perceberam que o desejo pelo outro de beijar, abraçar e até mesmo fazer sexo não é proibido ou considerado ato pecaminoso, entretanto deve ser feito com o consentimento da outra pessoa e em locais apropriados. Dessa forma, podem sim expressar seus desejos sexuais. Diante disso fica evidente que é de extrema importância trabalhar o tema sexualidade com as pessoas com deficiência mental, e que a utilização de recursos lúdicos como imagens e músicas pode auxiliar os trabalhos a serem desenvolvidos.

Experience report: workshop on sexuality with students of a school of special education in the West of Santa Catarina

Abstract

The psychologist who works with people with disabilities dedicates themselves to developing activities and strategies so that this population can be inserted into the social environment. Thus, this article reports an experience of Supervised Internship in the area of Social Psychology, conducted in a school of special education of a city in the West of Santa Catarina. Through the performance of an institutional psychodiagnosis, one can perceive the need to plan interventions with the thematic sexuality with the adolescent students and young adults who frequented the space. We used play activities to contribute to the construction of users' knowledge about the concept of sexuality and the expression of their sexual desires. It can be analyzed that after the intervention the students understood that their sexual impulses need not be repressed, and that there are public and private spaces where these attitudes and expressions of sexuality can or not be exercised.

Keywords: Special education. Disabled people. Sexuality. Social psychology.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. de. **A sexualidade como aspecto inclusivo**: uma proposta de intervenção para pais e professores de jovens com deficiência mental. 2007. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

BALLONE, G. J. **Sexualidade das pessoas portadoras de deficiência mental**. 2008. Disponível em: <www.psiqweb.med.br>. Acesso em: 26 maio 2017.

BLEGER, J. **Psico-Higiene e Psicologia institucional**. Porto Alegre: Artmed, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Brasília, DF: CFP, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas profissionais dos(as) psicólogos(as) em educação inclusiva**. Brasília, DF: CFP, 2009.

DONATONE, J. L. R. **A contribuição da música na educação especial**. Fortaleza: Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, 2011.

ESTRÁZULA, A. M. **Um Pouco de História do Movimento das APAEs**. Curitiba: Federação Nacional das APAEs, 2008.

GLAT, R. Refletindo sobre o papel do psicólogo no atendimento ao deficiente mental: além do diagnóstico. **Psi – Revista de psicologia social e institucional**, 1999.

MAFRA, S. R. C. **O lúdico e o desenvolvimento da criança deficiente intelectual**. Paraná: Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Programa de Desenvolvimento Educacional, 2008.

MARQUES, E. da S. **História da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Rolândia: 1970-1980**: 2011. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)–Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SANTOS, M. V. A. dos; FREITAS, K. N. de; AMORIM, B. M. O. de. A atuação do psicólogo escolar no contexto da educação inclusiva na APAE de Campina Grande. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 2015, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFCG, 2015.

SILVA, R. da; JUSTUS, J. F. da C. Reflexões acerca da higiene pessoal na adolescência no ensino de ciências. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor**. Curitiba: SEED/PR, 2013. v. 1.

